

Brasil acerta entendimento

Sábado, 7 de novembro de 1987

preliminar com bancos

REGIS NESTROVSKI
Correspondente

NOVA YORK — Brasil e bancos credores concluíram, depois de 22 dias, a primeira parte de uma longa negociação da dívida externa. Mesmo com os pagamentos que ficaram acertados, o Brasil continuará na moratória, segundo o Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Fernando Bracher. Ele disse que foi acertado apenas que o Brasil e os banqueiros refinanciarão os juros do último trimestre de 1987, numa decisão que livra o Brasil de ser classificado mau pagador e dá tempo ao Governo Sarney para esperar a definição da Assembléia Constituinte até o final do ano, sem suspender a moratória.

No dia 30 deste mês o Brasil paga US\$ 333 milhões, e os bancos, US\$ 666 milhões. Um mês depois, o Brasil paga mais US\$ 166 milhões, e os bancos refinanciam mais US\$ 333 milhões, numa conta que soma cerca de US\$ 1,5 bilhão, que é o que o Brasil deve de juros nos últimos 3 meses deste ano. No entendimento, que não teve assinatura, ficou pendente um acordo até 15 de janeiro de 1988, para refinanciamento dos restantes US\$ 3 bilhões de 1987, a ser confirmado em 15 de março e assinado a 16 de junho de 1988.

Mas se bancos e Brasil não chegarem a um acordo até 15 de janeiro, numa fórmula que prevê a ida do país ao FMI, a moratória continuará, conforme declarou Fernando Bracher à imprensa.

— A negociação faz parte da crise da dívida externa, que se alastra desde 1982. Houve fases de colaboração mais estreita e outras fases menos estreitas, havendo inclusive fases de suspensão de pagamentos. A negociação é o primeiro passo no rumo de um acordo. É uma mobilização da comunidade financeira para dar elementos ao sistema que leve a um acordo global — disse Bracher.

O Assessor Especial assegurou que não estava sendo levantada a moratória: “É possível sairmos da moratória no futuro. Mas não saímos. A moratória continua, permanece. Este é apenas o primeiro passo para a volta da normalidade, mas isso não indica que, pelo que aconteceu nas últimas horas, o Brasil saiu da moratória.

Bracher afirmou que não seriam usadas as reservas para o pagamento dos US\$ 499 milhões até o final do ano, e frisou que, para um acordo de longo prazo, o Brasil irá ao Fundo Monetário Internacional em Washington:

— O Brasil irá ao Fundo. Nós somos membros do FMI, pagamos uma quota, somos sócios. Dentro das últimas semanas aprendemos várias lições. Uma delas é que não se deve fazer com que o Fundo possa colocar em perigo a estabilidade das nações. Para nossa estabilidade financeira, devemos usar o Fundo. Não devemos é permitir que esta fonte perturbe a economia nacional.

Bracher também comentou que, na negociação com os credores, ficou acertado que os bancos receberão uma taxa de risco de 7/8 acima da **Libor**, pagando o Brasil também mais 1/8 sobre a **Libor** a título de comissão (o que tinha sido abolido durante as negociações dos ex-Ministro Dilson Funaro) e 1/8 para os bancos que, nas próximas duas semanas, se comprometerem a entrar no pacote total de US\$ 4,5 bilhões que ele espera ver assinado em 16 de junho de 1988. O **spread** pago pelo Brasil é o mesmo do México, que ao contrário do Brasil, foi ao FMI.

O Assessor declarou ainda que haverá uma normalização das linhas de crédito comerciais dos bancos credores, nas agências dos bancos brasileiros no exterior, que giram em torno de US\$ 15 bilhões.

— Já as dívidas vencidas até 15 de abril deste ano, num total de US\$ 8,6 bilhões de principal, serão adiadas até 15 de julho de 1988, quando de um acordo geral e plurianual da dívida.

Bracher declarou que “o acerto provisório atual livra o Brasil da Comissão de Reclassificação do Governo americano em Washington”, embora ainda seja algo frágil, “já que é apenas o primeiro passo na negociação. Este é o primeiro, e por isso mesmo, mais frágil passo da dívida brasileira. A grande parte da população brasileira não quer repudiar a dívida. Ninguém gosta de pagar, mas a dívida existe e será paga sem prejuízo do nosso desenvolvimento. O primeiro passo é honrar nossos compromissos e ver a dívida dentro de posições mais realistas. Pagar sem ser prejudicado.